



VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEPÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

**“A NOVA JERICÓ MALDITA”: EMBATES E LUTAS CONTRA A
INSTALAÇÃO DA COLÔNIA DO IGUÁ, EM ITABORAÍ/RJ (1935-
1938)**

Luiz Maurício de Abreu Arruda*

A pesquisa que desenvolvemos busca analisar os impactos político-sociais ocorridos antes e durante a construção do primeiro e único leprosário do Estado do Rio de Janeiro, privilegiando o movimento de resistência contra sua instalação no município de Itaboraí.

A região em destaque alimentou, durante a primeira metade do século XX, a ideia de reflorescimento político-econômico, influenciada por um período áureo de grande pujança econômica, quando ocupou importante papel na economia fluminense durante os séculos XVIII e XIX.

Os índices do ano de 1936, referentes às municipalidades destacam que Itaboraí:

Município que já completou centúria, teve época de culminante prosperidade, no passado imperial, decaindo com o término do regime escravista.

(...)Dia virá, porém, em que voltarão aos áureos tempos. Mesmo porque o renascimento já começou, e se completará com o saneamento da baixada. (Indicador de Legislação e Administração do Estado do Rio de Janeiro, 1944:258)

* Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor da rede municipal de Rio Bonito. Contato: luizmaur@hotmail.com

Ao analisarmos a historiografia sobre a formação da cidade de Itaboraí, identificamos a formação de um eixo analítico baseado em um tripé que fundamenta a ideia de “decadência” econômica do município, associado a epidemias de malária¹; à ampliação da malha ferroviária e à carência de mão de obra devido à abolição da escravatura.

Por apresentar conexão com a pesquisa que empreendemos, destaco os impactos que as chamadas “febres de macacu” ocasionaram na memória local. A título de exemplificação, destaco o discurso feito pelo Prefeito João Augusto de Andrade em julho de 1949, no momento da inauguração da instalação do serviço de “Força e Luz” na cidade de Itaboraí:

(...) É bem certo quando se diz que, talvez de todos os municípios do Estado, nenhum houve, como Itaboraí, cuja decadência se acentuasse tanto. As febres palustres irrompendo como vulcão das margens do Rio Macacu, derramaram suas larvas malarígenas pelas regiões circunvizinhas, de tal modo que se diz até as árvores, atacadas pelo terrível anofelino, sacudiam trementes os galhos moribundos. (FOLHA DE ITABORAÍ, 1949:4)

Pesquisas recentes relativizam a ideia de decadência econômica da região de Itaboraí, assim como as consequências das epidemias e sua associação ao declínio e estagnação econômica da área. (COSTA, 2013) . Entretanto, o que interessa ressaltar em nosso trabalho, é que, na memória e historiografia local, as doenças epidêmicas foram um elemento primordial para a percepção de decadência do município. E é exatamente contra a possibilidade de uma “contaminação”² pela lepra, provocada pela instalação de um leprosário, que se organizarão as lideranças do município, na década de 1930.

Poucas são as informações que tratam da situação da lepra no Estado do Rio de Janeiro na Primeira República. É importante destacar que, de acordo com Laurinda Maciel, todos os hospitais de lázaros e asilos existentes no país até o início do século XX,

¹ Trata-se da epidemia de maior impacto registrada por memorialistas e historiadores locais. Inicia-se no final da década de 1820, denominada de “febres de macacu” e apontada como uma das principais causas de declínio econômico da região.

² Segundo Charles Rosenberg a visão de *contaminação* frequentemente se associa à ideia de contágio pessoa a pessoa. Esta associação é tão forte que, entre os leigos através da história, o próprio termo epidemia e contágio tornaram-se sinônimos. Entretanto, contaminação também poderia implicar desordem em um sentido mais geral: qualquer evento ou agente que viesse subverter uma configuração saudável estabelecida. (ROSENBERG, 1992:258)

eram de iniciativa privada e na sua maioria sob administração da Igreja Católica, visto seu caráter mais caritativo que propriamente curativo. (MACIEL, 2007:34-35)

Até o final da década de 1920, não encontramos registros oficiais referentes a censo de leprosos no Estado do Rio, com exceção das pesquisas realizadas pelo Dr. Paes de Azevedo, que efetuou um levantamento censitário entre os municípios de Saquarema e Cabo Frio em 1916 por serem locais endêmicos. (SOUZA-ARAÚJO, 1956:572-573)

O ideal profilático no combate à lepra era baseado no código sanitário de 1923 (decreto nº 16300/1923), que estabeleceu como algumas de suas medidas a notificação obrigatória do caso, o exame periódico dos comunicantes e o isolamento do leproso, que podia ser nosocomial ou domiciliar. A finalidade desta legislação foi estabelecer um protocolo a ser seguido em todo território nacional, contudo nem todos os estados adotaram essas diretrizes.

O modelo preconizado pelas principais autoridades médicas ligadas à profilaxia da lepra, em termos de isolamento institucional, era o tipo colônia agrícola. O principal argumento de seus defensores era transmitir aos doentes a ideia de que ali “renasceria a esperança” como espaço de cura e tratamento, através de mecanismos que amenizassem o sofrimento. Este modelo trazia em seu escopo um projeto de auto-suficiência e “humanização” do espaço destinado ao confinamento dos doentes, aproveitando elementos da natureza que conjugariam trabalho, lazer, higiene e conforto. (SOUZA-ARAÚJO, 1956:247-250 & WEAVER, 1939:21-30)

Apesar de o armamento profilático do Estado do Rio de Janeiro não oferecer a estrutura que o Distrito Federal detinha na década de 1930, é válido destacar a iniciativa de sanitaristas e leprólogos na consolidação de um sistema de controle da doença que se realizou de forma mais objetiva a partir do apoio federal ao Estado do Rio de Janeiro na construção do leprosário do Iguá.³

Alguns atores envolvidos no cenário político estadual se engajaram na luta por políticas públicas capazes de conter o avanço da lepra. Nesse sentido, julgo importante

³ O Estado de São Paulo foi pioneiro no que se refere às políticas de saúde relacionadas à lepra. Através de ações que antecedem o Plano Nacional de Combate à Lepra em 1935, o estado já havia inaugurado cinco instituições para isolamento de leprosos: a Colônia de Santo Angelo em 1928; o Asilo-Colônia Pirapitingui e o Sanatório Padre Bento em 1931; em abril de 1932, o Asilo-Colônia de Cocaes e em abril de 1933, o Asilo-Colônia Aymorés.

destacar a figura de Luiz Palmier⁴, deputado estadual representante do município de São Gonçalo. Sua campanha em favor do combate à doença e, principalmente, na assistência aos filhos dos leprosos se justifica por sua participação na Sociedade Fluminense de Assistência aos Lázaros e Defesa contra a Lepra, entidade filantrópica na qual ocupou cargos de direção.

Em 1932, numa das sessões da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Niterói, Dr. Luiz Palmier apresentou pela primeira vez seu artigo “*O Problema da Lepra no Estado do Rio*”, chamando a atenção para a situação “calamitosa” na qual se encontravam os leprosos no Estado fluminense, especialmente em sua Capital. Considerou, sobretudo, a situação de mendicância, já que desprovidos de qualquer amparo social colocavam em “risco” a população de modo geral. Segundo seu estudo, nenhum hospital os recebia e para muitos a solução eram as cadeias públicas. (PALMIER, 1935)

A solução do problema veio através da iniciativa do Governo Federal, por meio do então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema. Este, no final de 1934, destinou ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, então chefiado pelo Interventor Ary Parreiras, a quantia de 200 contos de réis para aquisição do terreno onde seria construído o leprosário. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1935:2)

Em julho de 1935, ocorreram as Primeiras Jornadas Médicas do Estado do Rio de Janeiro na cidade de Campos, organizadas pela Sociedade de Medicina e Cirurgia de Niterói. Neste evento, foram apresentados vários trabalhos evidenciando a situação da lepra no Estado do Rio. Destacamos a explanação feita pelo Dr. Galdino do Valle Filho:

(...)A Baixada Fluminense me parece ser a zona mais acometida. Cuidam no momento os poderes públicos de crear no Estado o seu leprosario. Não se pode regatear aplausos de tão iniciativa. Discute-se, no entretanto, o local para sua instalação. O ponto lembrado, ao que parece, pela Higiene Estadual, é a estação de Venda das Pedras da Leopoldina Railway, no 5º Distrito do município de Itaboraahy. Levanta-se, porem contra a idéa um grande clamor da população. E é forçoso reconhecer toda a procedência da impugnação. (*Ibidem*, 3)

⁴ Luiz Palmier foi um político fluminense atuante no município de São Gonçalo. Era formado em Medicina e participou ativamente em movimentos intelectuais e filantrópicos do Estado do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX.

Chama a atenção o fato de Itaboraá nesse momento ser apontado como possível escolha para instalação do leprosário. Reconhecendo a iniciativa do governo estadual,⁵ Dr. Galdino enaltece o empreendimento, porém denuncia “*um grande clamor da população local*” demonstrando a insatisfação contra a construção do leprosário. A retórica presente neste trecho evidencia sua possível intencionalidade em “dar visibilidade” ao descontentamento de lideranças locais, pois nenhum periódico da capital do Estado do Rio de Janeiro noticiou esses acontecimentos.⁶

O município que receberia a Colônia já havia sido escolhido 4 meses antes das Jornadas Médicas de Campos, conforme relatório enviado ao Diretor de Saúde Pública do Estado do Rio de Janeiro, em 1º de fevereiro de 1935. Neste documento, consta que o terreno a ser adquirido deveria seguir as diretrizes do Plano Nacional de Combate à Lepra e, para isso, foram consultados os Drs. Ernani Agrícola (chefe dos Serviços Sanitários Federais nos Estados), Joaquim Motta (assistente da Inspetoria de Lepra e Doenças Venéreas no Distrito Federal) e o Dr. Teófilo de Almeida (Diretor do Hospital-Colônia de Curupaiti). (Arquivo Pessoal Capanema, FGC.35.09.02: 473)⁷. As diretrizes encontravam pleno apoio na gestão de Gustavo Capanema que logo após assumir o Ministério da Educação e Saúde em 1934, realizou uma mudança na estrutura que orientava a saúde pública do Brasil, possibilitando a presença mais efetiva da União nos Estados.

No relatório elaborado pelos médicos supracitados, são sugeridos três municípios avaliados por aspectos técnicos presentes em cada região: Maricá, embora mais perto da capital, possuía superfície baixa, o que facilitaria a estagnação das águas e além disso possuía grandes áreas de cultivo; Saquarema tinha a vantagem de ter os maiores índices da doença e estar próximo das estradas de ferro e de rodagens, mas foi

⁵ A partir do *Plano Nacional de Combate à Lepra* que começou a ser delineado em 1934 e concluído em 1935, foi possibilitada a construção e reforma de leprosários por todo o Brasil, aumentando ainda mais o poder simbólico em torno da instituição como solução para o problema da lepra e assim o Estado estaria “protegendo” os sãos e “consolando” os leprosos.

⁶ Era comum a imprensa do Distrito Federal noticiar os assuntos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro por diversos fatores. Um deles era devido à proximidade geográfica e muitos políticos atuantes na esfera fluminense trabalhavam na edição desses jornais. Outra razão seria que as facções oposicionistas fluminenses não encontrando espaço na imprensa do Estado, veiculavam suas ideias nos jornais da capital federal. (FERREIRA & LAMARÃO, 1985:23-40)

⁷ Vale salientar que dos três médicos consultados, dois deles participaram da elaboração do Plano Nacional de Combate à Lepra.

recusado por ficar a 3 km de uma usina e possuir lavoura próxima. A região de Venda das Pedras, em Itaboraí, ofereceu maiores vantagens porque era uma:

Zona alta, a margem da estrada de rodagem que segue para Rio Bonito e a estrada tronco Norte-fluminense; além disso, há o leito da Estrada de Ferro Leopoldina. Possui 2/3 em superfície elevada, com vegetação abundante e tendo próximo o Rio Iguá. (*Idem*, 576-598)

Os técnicos apontaram as vantagens de Itaboraí, principalmente no aspecto da localização geográfica do terreno, pois além da proximidade com a capital (40 kms) ficava em um posição privilegiada pela facilidade de acesso à região serrana e à que ligava Saquarema à Cabo Frio. Com uma estação de trem próxima e com a estrada de rodagem disponível, o acesso fácil foi um dos principais fatores determinantes da escolha. Foi mencionada também a possibilidade do Rio Iguá ser utilizado como fonte de recurso hídrico já que ficava a poucos metros do terreno. As características topográficas indicavam que 75% do terreno encontrava-se em superfície plana, favorecendo o saneamento e impedindo possíveis focos de mosquitos.

Convém notar que não são apontadas as “desvantagens” principalmente no que se refere ao município também possuir grandes áreas de cultivo para exportação, como publicado em documento público do mesmo período:

O movimento de exportação dos principais produtos do município, aguardente e frutas, principalmente abacaxis e laranjas, aumentou sensivelmente nos três últimos anos, tendo decrescido a indústria pastoril. (Indicador de Legislação e Administração do Estado do Rio de Janeiro, 1936:258)

O reerguimento do município de Itaboraí ganhava fôlego na década de 1930, principalmente pelo investimento de grandes produtores na região e impulsionado pela criação da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense em 1933, sob a direção técnica e administrativa do DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento). A tônica principal desta instância governamental era de solucionar a insalubridade das baixadas alagadiças, que era um tipo de terreno propício à disseminação das febres palustres⁸, impossibilitando o desenvolvimento de atividade agrícola e agropecuária. (GOÉS, 1939:33-36)

⁸ Febres palustres é o nome popular dado à malária, doença infecciosa febril aguda causada por parasito unicelular, caracterizada por febre alta acompanhada de calafrios, suores e cefaleia, que ocorrem em

Apesar de o município vivenciar nesse momento um papel secundário no cenário político e econômico fluminense, as lideranças locais acreditavam que Itaboraí poderia “renascer” e voltar a ocupar um lugar de destaque na política da “velha Província”. As obras de saneamento possibilitariam a retomada do dinamismo econômico e político que o município vivenciou durante grande parte do século XIX. Assim, a perspectiva da instalação de um leprosário em Itaboraí, seria um obstáculo diante do movimento de sua recuperação.

A luta contra o leprosário em Itaboraí foi capitaneada por Roberto Pereira dos Santos, médico atuante no Distrito Federal e docente na Faculdade de Medicina de Niterói. Nutria profunda ligação com sua terra natal, o município de Rio Bonito, vizinho à cidade de Itaboraí. Ao ter conhecimento que Itaboraí havia sido escolhida como local para a instalação de um moderno leprosário, Roberto Pereira dos Santos se posicionou sumariamente contrário a esta decisão do governo do Estado, tornando-se o principal articulador de um movimento de resistência. Esta luta o levou, inclusive, a se candidatar a uma cadeira na câmara municipal de Rio Bonito nas eleições de 1936. (SANTOS, 1937)

Roberto Pereira dos Santos se lança em campanha contra o leprosário, convocando à luta todos os itaborienses e riobonitenses, como demonstra seu discurso na Câmara Municipal de Itaboraí:

(...) Não é política a finalidade precípua da minha atitude; nem interesseira a espontaneidade dos meus atos. Um movimento desta ordem não pode macular-se nas trincas das competições partidárias, pois é indispensável que não haja dissensões, a-fim-de se não empanar o brilho da peleja. Somos todos fluminenses, unidos e coesos em torno de um ideal único e comum. Não há aqui, portanto lugar para discussões de ortodoxias, e muito menos para dissensões de qualquer espécie. (Ibidem,17)

Em pouco tempo atraiu para seu intento a elite local que estava insatisfeita com os impactos sociais e econômicos que resultariam para o município de Itaboraí a instalação de um espaço para tratamento e confinamento de leprosos. Todos aqueles que eram contrários a esta iniciativa, acreditavam que esse propósito estigmatizaria toda a região por conta da possibilidade de contágio do “temível mal”. A rápida adesão é demonstrada através de uma carta aberta à população, de autoria do Juiz Pache de Faria,

que manifestou seu apoio à causa e prometeu colaborar em todas as instâncias para conseguir a transferência do leprosário para outra localização. Em suas palavras:

(...) Ao seu lado está o POVO de Itaboraí, irmanado com os seus conterrâneos. A sua palavra autorizada juntamos o nosso esforço moral. Em, mim – cidadão e juiz desta terra – já tão pobre pela maleita, que a aniquila, e pela verminose que suga, - encontrará toda a solidariedade, porque desde os primeiros murmúrios sobre a localização dos leprosários neste município, que me coloquei na vanguarda dos soldados que a combatem.

De pé, em sinal de sentido, estou ao seu lado, pronto a ouvir e a obedecer à sua voz de comando. (O SÃO GONÇALO, 1936:3)

Além do juiz, os políticos locais, superando querelas partidárias, aderiram à campanha contra o leprosário, pois dos 11 vereadores que integravam o poder legislativo municipal de Itaboraí, 7 assinaram o documento, além das principais lideranças ligadas ao poder local. Vereadores do município de Rio Bonito, além dos deputados: Capitulino dos Santos; Antonio Leal e Gastão Reis que também assinaram o documento, discursaram, prometendo buscar alianças em outros municípios para reverter a decisão do Executivo Estadual. (SANTOS, 1937:6-7)

O prefeito Joaquim José Soares e o vereador Manoel Alves de Castro, líder da Câmara legislativa de Itaboraí, que integravam o grupo, eram prósperos fazendeiros e produtores de gêneros agrícolas, demonstrando que o interesse privado sobrepujava os acordos e articulações políticas firmados em período de campanha. (O SÃO GONÇALO, 1940:5)

A busca por um passado de glória e a crença no ressurgimento econômico do município são subsídios utilizados pelos insurgentes contra o leprosário do Iguá. A colocação dos acontecimentos locais em evidência é uma tendência na tradição da história local. É comum entre os memorialistas e historiadores de província expressarem através de seus registros que os processos ou acontecimentos ocorridos nos seus municípios são da mais alta relevância. (REZNIK, 2002)

No entanto, enquanto a resistência se articulava arregimentando partidários, as obras do leprosário avançavam e os primeiros pavilhões já começavam a surgir para a infelicidade daqueles que lutavam contra o empreendimento. Em 3 de dezembro de 1936,

o Jornal *A Noite*⁹ noticiava o avanço das construções e nenhum destaque foi dado à celeuma que ocorria nos bastidores do projeto. A matéria enfatizou as questões referentes às construções, dando ênfase à capacidade, infraestrutura e logística, com total silenciamento sobre as repercussões que a construção do leprosário provocava.

Diferentemente do jornal *A Noite*, o *Correio da Manhã*, de 24 de novembro de 1936, evidenciando total apoio ao governo do Estado, faz severas críticas ao movimento contrário ao leprosário. Através de matéria intitulada “Uma Cidade de Leprosos no Município de Itaborahy”, deixava claro seu apoio à instalação do leprosário. Inicialmente a matéria destaca que as edificações estavam bem adiantadas, com a construção de 6 pavilhões tipo *Carville*¹⁰. O redator vai pontuando alguns fatos relacionados a construção apresentando reflexões como:

A construção do leprosário do Iguá, mereceu desde logo, por parte de elementos derrotistas, uma campanha injusta e sobretudo impatriota.

(...) A campanha derrotista levantada contra o futuro leprosário do Iguá, chefiada por um vereador do município de Rio Bonito, ferindo até a autonomia do seu município. O sr. Novaes pertencente a corrente política do deputado Capitulino Santos, não o acompanha na ingrata missão de combater uma obra de tamanho alcance social. (CORREIO DA MANHÃ, 1936:5)

Tendenciosamente, a notícia tem uma clara função de desmoralizar o grupo que lutava contra a instalação do nosocômio, apontado como “elementos derrotistas” que se levantavam contra uma “obra de tamanho alcance social”.¹¹

As negociações e a diversidade de interesses, por parte dos atores, em torno da continuidade do projeto de Iguá, demonstram que o período posterior à Constituição de

⁹ O periódico *A Noite* era propriedade de Guilherme Guinle, que representava um grupo de investidores estrangeiros. Em 1936, este jornal além de outros empreendimentos comandados pelo grupo, aumentou consideravelmente sua vendagem, adotando uma política situacionista e livre de ataques pessoais. (FERREIRA:2001)

¹⁰ O modelo *Carville* de pavilhões é inspirado no Leprosário *Carville*, construído em 1921, entre Nova Orleans e Baton Rouge no Estado de Louisiana, EUA. O seu modelo tornou-se referência pelo propósito de abrigar todos os leprosos do país e a existência de uma estrutura de cidade, onde todos os setores eram divididos para o uso de sãos e doentes.

¹¹ Segundo Carlos Eduardo Leal não é possível assegurar com certeza se a posição do Jornal *Correio da Manhã* era coincidente com as diretrizes da política varguista, pois desde sua fundação em 1901, por Edmundo Bitencourt, o periódico refletiu oscilações em termos de críticas e apoio à situação. É mais provável que durante o Estado Novo, o controle da censura sobre a matéria publicada fizesse com que esta refletisse em todos os momentos os interesses do governo. (ABREU, 2001)

1934, proporcionou um palco de imprevisibilidade política, evidenciando que o legislativo estadual era um espaço de confronto de projetos e interesses.

Em sessão ocorrida na Câmara Municipal de Itaboraí, o vereador Nilo Torres menciona a aprovação de um requerimento feito em sessão anterior, para que se telegrafasse aos deputados Federais Adalberto Côrrea, Bandeira Vaughan e Prado Kelly, agradecendo-os pela elaboração de projeto à Câmara Federal que transferia a construção do leprosário do Iguá para outra região. Além disso, também deveria se telegrafar para o Presidente da República; o Ministro da Educação e Saúde Pública; Câmara Federal; Legislativo Estadual; Governador do Estado; e a Imprensa do município de São Gonçalo, das capitais dos Estados e do restante do país. Essa articulação local demonstra a montagem de uma “força-tarefa” para desestabilizar a continuidade das construções.

No final de outubro de 1936, correspondências trocadas entre o Ministro Gustavo Capanema e o Governador do Estado do Rio de Janeiro, Protógenes Guimarães, já evidenciavam graves “fissuras” na continuidade da construção do hospital Colônia. O Ministro chegou a pedir ao Governador do Estado do Rio, a realocação do leprosário, sinalizando as reclamações locais e indicando que o Governo Federal aceitaria a remoção do projeto para outra localidade, a fim de resolver o imbróglie político, desde que o Governo do Estado arcasse com os custos que já haviam sido gastos. Em menos de três dias, o Governador recusava o pedido, minimizando as insatisfações locais. (Arquivo Pessoal Capanema, FGV. FGC 35.09.02)

Em novembro de 1936, o movimento atingiu seu momento de maior fôlego, através de um projeto federal que buscou modificar sistematicamente o rumo das edificações, transferindo o nosocômio para outra localidade, com aproveitamento do terreno e edificações em uma Estação Experimental Agrícola.

Na tentativa de equacionar esse desafio, o deputado federal Adalberto Correa e seus correligionários, apresentaram o Projeto 483, que continha a seguinte instrução: *“corrigir uma anomalia na localização do leprosário em zona, até aqui, absolutamente indême do mal de Hansen”*. A instalação do leprosário em local que não apresentava incidência da doença passou a ser a principal argumentação daqueles que se posicionavam contra a localização do leprosário em Itaboraí, uma vez que representava um ataque direto ao relatório técnico. Dados epidemiológicos que apontavam Itaboraí e regiões vizinhas como municípios isentos à lepra, foram a principal arma utilizada pelo grupo que apresentou o projeto 483. Além deste argumento científico, as principais lideranças do

movimento evocavam as razões econômicas da questão, destacando que a “velha comuna” (Itaboraí) com as obras de saneamento da baixada “voltaria a florescer”.

Em resposta, o Dr. Ernani Agrícola destacou que não se justificava essa reação, pois os protestos na verdade estavam vinculados a preconceitos ancestrais, manipulados habilmente por aproveitadores. Segundo o leprologista, o estigma em torno da doença seria o principal obstáculo para a construção de novos leprosários. Agrícola chama a atenção para o interesse político neste imbróglio. (Revista de Combate à Lepra, 1938:156-158)

Em 11 de março de 1937, o Ministro Gustavo Capanema foi convocado pela Comissão de Saúde Pública da Câmara Federal, para prestar esclarecimentos referentes à construção do leprosário de Iguá e o Plano Nacional de Combate à Lepra. O relatório que resultou da convocação do Ministro demonstra que em março de 1937, ainda havia espaços de questionamento às ações do Governo Federal, panorama fundamentalmente modificado a partir da decretação do Estado Novo.

As manobras políticas para transferir o local de construção do leprosário bem, como a manutenção do projeto, demonstram em uma escala reduzida, que o período entre a Constituição de 1934 e novembro de 1937, representou um momento de disputas de poder na esfera municipal, refletindo-as a nível estadual e federal. (DELGADO & FERREIRA, 2011:31-34). Através de análise do sistema partidário de um dos municípios que compõem um aglomerado de 48 do Estado do Rio de Janeiro na década de 1930, pode ser identificado que mesmo com sua autonomia quase nula, o período constitucional (1934-1937) demonstrou ser de luta política e o poder local mobilizou-se em defender seus interesses.

Em 14/03/1937, o Jornal *a Noite* noticiou as articulações políticas para que o Projeto 483 fosse vetado:

Aberta a sessão de hoje da Camara e lida a acta, falou o Sr, Bandeira Vaughan. O deputado fluminense, a proposito de retificar aquela acta, combateu a atitude do Sr. Protegenes Guimaraes, Governador do Estado do Rio, telegraphando aos representantes estaduaes para que votem contra o projeto que extingue o leprosario de Iguá, no mesmo Estado.(A NOITE, 1937)

O grupo contrário ao projeto 483, liderado pelo Governador Protógenes Guimarães, atingiu seu objetivo. O projeto foi rejeitado pela Comissão de Finanças e

Agricultura da Câmara Federal, ou seja, o projeto sequer foi colocado em votação, o que significou um duro golpe ao grupo que lutava contra a instalação do leprosário em Itaboraí.

Com a decretação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, os partidos e o Parlamento foram abolidos, destituindo seus interlocutores políticos. O governo federal passou a intervir nos estados mediante a nomeação dos interventores, assumindo o poder orientado por uma nova Constituição.¹²

A partir dessa nova orientação política, terminava a continuidade de experiências democráticas ocorridas entre 1934 e 1937. E a reboque, veio o silêncio sobre as discussões em torno do leprosário do Iguá, uma vez que seus principais atores foram destituídos de suas funções quer fossem do poder municipal, estadual ou federal. O Jornal *O São Gonçalo* que por diversas vezes publicou artigos e atuou como um verdadeiro “termômetro” durante a tentativa de transferência do leprosário, não publicou mais uma linha sequer sobre o andamento das obras ou sobre as insatisfações locais por conta de sua instalação. O periódico só voltaria a veicular uma pequena nota, informando: “No dia 20 de agosto de 1938, ocorreu em Itaboraí a inauguração do leprosário do Iguá”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de (coord.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2001.

Almanak Administrativo, Mercantil, e Industrial do Rio de Janeiro; 1930.

COSTA, Gilciano Menezes. *A escravidão em Itaboraí: uma vivência às margens do rio Macacu (1833-1875)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes & LAMARÃO, Sérgio T.N. *Fontes para o Estudo da História do Estado de Janeiro na Primeira República*. BIB, Rio de Janeiro, n.20, pp. 23-40, 2º Semestre, 1985.

FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano 2. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 4º Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Fundo Pessoal Gustavo Capanema, CPDOC/FGV.

¹² CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano 2. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 4º Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. pp.109-111.

GOÉS, Hidelbrando de Araújo. *Saneamento da baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, 1939.

Indicador de Legislação e Administração do Estado do Rio de Janeiro. V FASCICULO, 1936. Niterói: Diário Oficial, 1944.

Jornais: *A Noite; Correio da Manhã; Folha de Itaboraí; Gazeta de Notícias; O Imparcial e O São Gonçalo*.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MACIEL, Laurinda Rosa. “*Em proveito dos sãos perde o lázaro a liberdade*”: Uma história das políticas públicas de combate à lepra no Brasil(1941-1962). Tese de Doutorado em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Mensagem Apresentada à Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro no dia 1 de Outubro de 1930.

PALMIER, Luiz. A lepra – problema mundial. In: *Anais das primeiras Jornadas Médicas do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: Oficinas Gráficas da Escola do Trabalho, 1935.

SANTOS, Roberto Pereira dos. *O Leprosório do Iguá (Brado de Revolta de um povo)*. 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1937.

Revista de Combate à Lepra. Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa contra à Lepra; 1938-1939.

REZNIK. Luís. *Qual o lugar da História Local?* Apresentado: V. Taller Internacional de História Regional y Local. Havana/ Cuba, 2002.

ROSENBERG, Charles E. *Explaining Epidemics and Other Studies in the History of Medicine*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SOUZA-ARAÚJO, Heráclides César de. *História da Lepra no Brasil. Período Republicano (1890-1952) - Volume II*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956.

